

## RITA VON HUNTY E O CIBERESPAÇO: HETEROTOPIA DOS DISCURSOS DESVIANTES DO SABER

Everton Luis Paulino Vinha

**Resumo:** O conceito de discurso se dá a partir da concepção de um ordenamento de sua produção e reprodução por procedimentos de controle. Pensar as condições de produção e de reprodução do discurso científico em sala de aula no tempo hodierno levanta a questão de como essas condições são controladas cada vez mais em vista de um pensamento conservador extremista, que exerce o poder de modo a disciplinar o que se pode ou não dizer no ambiente escolar. Constatar essa crise leva-nos a pensar em como o ciberespaço constitui-se, dessa forma, como uma heterotopia de desvio onde os saberes e os discursos acerca de objetos temáticos controlados pelo procedimento externo de exclusão do tabu do objeto têm sua (re)produção liberta do controle do ensino formal, produzindo artefatos culturais em um sistema antidisciplinar. A exemplo, os vídeos produzidos por Rita Von Hunty, personagem *Drag* de um professor em busca de destabilizar objetos e discussões a partir de um viés filosófico-crítico de temas sociais que circulam na atualidade. Nesse sentido, o presente manuscrito tem por objetivo traçar considerações acerca do personagem conceitual Rita Von Hunty e seu potencial antidisciplinar em uma heterotopia.

**Palavras-chave:** Discurso; Heterotopia; Ciberespaço.

**Abstract:** The concept of discourse comes from the conception of an ordering of its production and reproduction by control procedures. Thinking about the conditions of production and reproduction of scientific discourse in the classroom today raises the question of how these conditions are increasingly controlled by conservative extremist thinking, which exerts power in order to discipline what can or can not be said in the school environment. Realizing this crisis leads us to think about how cyberspace is thus constituted as a heterotopia of deviation where knowledge and discourses about thematic objects controlled by the external procedure of exclusion known as the taboo on the object of speech have their (re)production released from the control of formal education, producing cultural artifacts in an anti-disciplinary system. For example, the videos produced by Rita Von Hunty, drag character of a teacher seeking to revert the procedure of taboo on objects and discussions from a philosophical-critical bias of current social issues. In this sense, the present manuscript aims to draw considerations about the conceptual character Rita Von Hunty and its antidisciplinary potential in a heterotopic space.

**Keywords:** Speech; Heterotopia; Cyberspace.

## INTRODUÇÃO

– ... porque algumas mudanças serão para melhor, enquanto outras virão, na plenitude do tempo, a ser reconhecidas como erros de julgamento. Entrementes, alguns velhos hábitos serão conservados, e muito acertadamente, enquanto outros, antigos e desgastados, precisarão ser abandonados. Vamos caminhar para a frente, então, para uma nova era de abertura, eficiência e responsabilidade, visando a preservar o que deve ser preservado, aperfeiçoando o que precisa ser aperfeiçoado e cortando, sempre que encontrarmos, práticas que devem ser proibidas.

(...)

– Bom, e o que é que isso significa? – perguntou Rony impaciente.

– Vou-lhe dizer (*sic*) o que significa – disse Hermione agourentamente.

– Significa que o Ministério está interferindo em Hogwarts. (ROWLING, 2015, p.176-177)

A literatura é, por natureza, como aponta Cândido (2004, p.175), “um instrumento poderoso de instrução e de educação”. O trecho em questão é da obra *Harry Potter e a Ordem da Fênix*, um romance infanto-juvenil de autoria britânica cujo enredo pode ser compreendido, grosso modo, como uma analogia ao processo de implantação dos regimes ditatoriais que marcaram a Europa do século XX. O universo fantástico e mágico é construído, ao longo dos sete volumes que completam a obra, em torno da figura do herói protagonista Harry Potter e de seus amigos em antagonismo ao personagem conhecido como Lorde Voldemort, um ditador que busca a supremacia de uma raça pura, a bruxa, sobre aqueles não-bruxos.

Na obra em questão, o quinto romance da série, o personagem principal vê sua escola sendo controlada pela figura representativa do governo na trama, o Ministério da Magia, correspondente bruxo ao parlamento bretão, que envia uma nova professora à instituição a fim de observar e controlar as atividades realizadas na Escola de Magia e Bruxaria de Hogwarts. Em seu discurso no primeiro dia do ano letivo, Dolores Umbridge profere as palavras supracitadas que são tomadas e interpretadas pela personagem Hermione Granger corretamente: a partir de então, sob a autoridade governamental, Dolores Umbridge passa pelos postos de professora, de inquisidora (avaliando e demitindo professores) e de diretora. Dentre os recursos “didáticos” utilizados por ela, estão a censura de temas em sala de aula e de práticas em grupo no colégio, a delação como prêmio aos alunos que se dispuserem a

denunciar práticas consideradas ilícitas e a tortura como punição aos alunos que desrespeitarem suas regras.

O romance, publicado originalmente em 2003 e inspirado por contextos histórico-políticos do século passado, vem-se atualizando aos olhos dos leitores do século XXI, sobretudo dos brasileiros. Interessa-nos aqui o paralelo que com ele podemos criar no intuito de introduzir nossas reflexões neste trabalho. A interferência governamental no ensino, a censura de disciplinas e de condutas, as resistências estudantis são temáticas que se reforçam no cenário da agoridade do país. Se aceitarmos (e aceitamos) a literatura como um artefato formativo do alunado, o romance de J. K. Rowling, mundialmente conhecido, ganha força e relevância indiscutíveis em sala de aula. Contudo, uma pergunta nos incomoda: há, em nossos dias e em nossas escolas, espaço para que os alunos sejam instrumentalizados por/com esse artefato? A resposta para essa pergunta foi o que motivou a produção deste texto.

Dos discursos, é de nosso querer revisitar os conceitos tão primários e por isso mesmo tão primordiais de Foucault como o de discurso e o de controle, em especial o procedimento de exclusão do tabu do objeto (FOUCAULT, 2014), para pensar a produção e a reprodução de discursos científicos em sala de aula. Das heterotopias, queremos visitar esse não-lugar foucaultiano (FOUCAULT, 2013) para pensar como o ciberespaço se constitui como um lugar outro do conhecimento, parte e não-parte do nosso ensino que tabuliza e determina como desvio certos objetos discursivos. Dos artefatos, enfim, interessa-nos pensar o que se produz nesse ciberespaço e até que ponto os discursos que dali emergem são formativos de artefatos culturais (CERTEAU, 1998) relevantes às práticas de ensino em situação tão alarmante quanto a do microcosmo ficcional cujo questionamento dele emergido instigou-nos a escrita.

Nossa análise aqui se delimita pelos limites da própria compreensão do discurso e dos mecanismos que controlam sua produção, considerando as condições de sua formulação a que somos contemporâneos e tomando como amostra, como *corpus*, as produções audiovisuais da *youtuber queer* Rita Von Hunty, que se aproxima das discussões filosóficas e sociais hodiernas no ciberespaço, mas que delas se distancia por produzir discursos cuja formação discursiva (FOUCAULT, 2008) remete ao saber acadêmico canonizado e respeitado enquanto conhecimento.

## Dos discursos: produção e controle

(...) Estou aqui para lhes ensinar, usando um método aprovado pelo Ministério que não inclui convidar alunos a darem suas opiniões sobre assuntos de que pouco entendem. Os professores anteriores desta disciplina podem ter permitido aos senhores maior liberdade, mas como nenhum deles... com a possível exceção do Prof. Quirrell, que pelo menos parece ter se restringido assuntos apropriados para a sua idade... teria passado em uma inspeção do Ministério... (ROWLING, 2013, p. 261)

A sala de aula no contexto da obra literária de Rowling é esse espaço em que os dizeres são cerceados tanto pela autoridade docente quanto pela autoridade governamental investida a ela. Aos alunos, cabe a escuta e a reprodução daqueles dizeres postos, uma vez que a materialidade dos discursos contrários é proibida. Assim caracteriza Foucault (2014, p.8) a produção dos discursos em sociedade, cuja formulação e materialização se vê “controlada, selecionada, organizada e redistribuída” pelos mecanismos por ele expostos a fim de controlar a aleatoriedade de seu acontecimento.

O discurso, na filosofia foucaultiana, não deve ser tratado a partir da pontualidade de sua materialidade, mas interpretado como um acontecimento de um conjunto. Quatro princípios regem a concepção e análise do discurso: o da inversão, o da descontinuidade, o da especificidade e o da exterioridade (FOUCAULT, 2014, pp.49-50). Ao propor os princípios fundantes de uma análise do discurso, o filósofo orienta que se *inverta* o entendimento dos enunciados como *advindos de uma fonte* primeira, passando a compreendê-los na *especificidade* do seu acontecimento, não apenas elegendo como sentido a materialidade significativa do enunciado, mas também as *condições exteriores* que regulam sua realização.

Desses princípios, depreendem-se quatro noções: a de acontecimento, a de série, a de regularidade e a de condição de possibilidade. Os discursos não são partes de um todo maior, mas são acontecimentos alocados em série a que se chama “sistema de rarefação”, “práticas contínuas, que se cruzam por vezes, mas que também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 2014, p.50). Dentro dessa análise, há uma série de fatores que permitem ou não há possibilidade desse discurso, desse

enunciado existir, inclusive os procedimentos de exclusão, formas de ordenamento que intervêm nesse sistema de rarefação dos enunciados na sociedade.

Há, sem dúvida, em nossa sociedade e, imagino, em todas as outras mas segundo um perfil e facetas diferentes, uma profunda logofobia, uma espécie de temor surdo desses acontecimentos, dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos esses enunciados, de tudo o que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem, também, e de perigoso, desse grande zumbido incessante e desordenado do discurso. (FOUCAULT, 2014, p.47-48).

A logofobia a que se refere Foucault é o que ele aponta como o grande anulador do discurso: alocá-lo na ordem de sua materialidade significativa, ignorando suas condições de possibilidade. Ao tratar da forma como os discursos se ordenam socialmente a partir da premissa de que eles não são neutros, não têm sua origem nos sujeitos e não se concebem apenas pelo dito e por sua materialidade, Foucault (2014) propõe três tipos de procedimentos de controle da possibilidade do discurso: a) os procedimentos externos ou “procedimentos de exclusão”, dos quais fazem parte a interdição, a separação e a rejeição e a oposição verdadeiro e falso, que remete ao conceito de vontade de verdade; b) os procedimentos internos, a saber, as noções de comentário, de autor e de organização das disciplinas; c) um terceiro grupo, os procedimentos de controle dos sujeitos, que abrange os rituais da palavra, as sociedades do discurso, os grupos doutrinários e as apropriações sociais.

A sala de aula, na lógica foucaultiana do ordenamento dos discursos, um espaço de sua produção e reprodução, é atravessada por mais de um desses procedimentos desde a concepção do sistema de ensino vigente, uma vez que depende da noção de que a produção do discurso científico só é validada se e tão somente associada a uma disciplina organizada. Por sua vez, o discurso científico só se produz em acordo com o desejo de verdade que rege as produções daquele contexto sociocultural, reproduzido em rituais, limitados às sociedades e às parcelas sociais de que deles se apropriam. Isso apenas para mencionar alguns dos procedimentos formulados pela teoria foucaultiana. No tocante a esta análise, não nos interessa questionar todo o sistema de ensino, mas percebermos como a interdição é um procedimento cuja utilização se intensifica gradativamente no contexto escolar.

A interdição é um procedimento de exclusão que se materializa de três formas: ao se controlar o objeto discursivo (tabu do objeto), ao se controlar o espaço de discurso (ritual da circunstância) e ao se controlar o direito de produzir o discurso (direito privilegiado ou exclusivo do sujeito), ou seja, nem tudo pode ser dito, em qualquer contexto e por qualquer pessoa (FOUCAULT, 2014, p.9). Desse modo, podemos pensar que a sala de aula, em sua constituição primária, é aquele espaço em que tanto o direito de dizer quanto os limites do dizer são delimitados por um ritual de fala e de escuta, onde cabe ao professor conferir ao outro, seu alunado, o direito de resposta ativa.

O tabu do objeto, ou seja, a interdição do que pode ou não ser discursivizado, é esse procedimento que externamente exerce o poder de forma a limitar o que é dito pela interdição do próprio objeto do dizer. Conforme Foucault (2014, p.9), “as regiões da sexualidade e as da política” são aquelas do tecido social em que essa interdição é mais coercitiva. Na sala de aula, o que todos esses movimentos sociais de controle apontam é para uma “tabulização” dos objetos que emergem dessas duas regiões, a sexualidade e a política. O que se vive, no cenário hodierno, é uma doutrina de coerção e de exclusão do campo do ensino, suposto lugar de aplicação do conhecimento, de abertura do debate, de insumo à reflexão e ao pensamento crítico, de formação cidadã.

Globalmente, a Educação passou a receber ataques sob a alcunha de ideologicamente orientada, ataques esses organizados no movimento que ficou conhecido nacionalmente como *Escola Sem Partido* (POLIZEL, 2019). Em análise aos documentos, é notável que o “partido” a que se refere é, na verdade, uma suposta “ideologia de gênero” (CARVALHO; POLIZEL; MAIO, 2016). Os movimentos sociais em defesa de direitos de sexualidades e de identidades de gênero que fogem ao espectro heteronormativo provocaram, nos setores conservadores e extremistas, uma resposta que culminou na compreensão de que as escolas, por tentativas de abordagem de temáticas da diversidade, estariam circulando discursos com o intuito de coagir os alunos e de doutriná-los segundo os conceitos da teoria de gênero. O tema do *Escola Sem Partido* sofreu inúmeros revezes ao longo dos últimos anos, até que sua proposição foi proibida.

O discurso da “ideologia de gênero” ultrapassou os limites do *Escola Sem Partido* e se aliou ao discurso do “marxismo cultural”, permeando os campos sociais, reproduzindo uma lógica que levou os professores a um estado de alerta e de policiamento. Denúncias incentivadas, inclusive por políticos, até mesmo instituições de ensino que justificaram a demissão de funcionários armadas da discursividade da doutrinação. O espaço para o debate, para o diverso, para o outro, já limitado, foi podado. A produção de discursos, cada vez mais controlada pelos mecanismos que já antes cerceavam os dizeres (POLIZEL, 2019; CARVALHO; POLIZEL; MAIO, 2016).

Ao se determinar, dentro de uma lógica direcionada pela doutrina cristã e neoliberal, as temáticas sociais como a sexualidade, o gênero e os sistemas econômicos socialistas e comunistas como abjetas ao ensino formal, uma vez que corrompem o alunado por esse ser uma “audiência cativa” do professor, transforma-se em tabu essas mesmas temáticas. Como o poder não se exerce apenas institucionalizado e centrado em uma figura, essa interdição não necessita mais da aprovação de um projeto de lei que a valide. Na dinâmica dos discursos, o sujeito professor é cerceado em suas práticas ao ponto em que sua atuação enquanto sujeito discursivo é disciplinada e proibida no espaço escolar.

### **Das heterotopias: o não-lugar do desvio**

– Dobby conhece o lugar perfeito, meu senhor! – disse satisfeito. – Dobby ouviu os outros elfos falarem quando chegou a Hogwarts. Nós o conhecemos com o nome de Sala Vem e Vai, meu senhor, ou então a Sala Precisa.

– Por quê? – perguntou Harry, curioso.

– Porque é uma sala em que a pessoa só pode entrar – disse Dobby, sério – quando tem real necessidade dela. Às vezes existe, às vezes não, mas quando aparece está sempre equipada para atender à necessidade de quem a procura. (ROWLING, 2013, p. 317)

Nessa narrativa, uma vez que os dizeres e os saberes passam a ser controlados em sala de aula de forma que não se enuncie os e sobre determinados objetos, os estudantes passam a se organizar a fim de eles mesmos se responsabilizarem por sua formação. Harry, o protagonista que, ao longo de cinco anos, esteve à frente de embates que lhe conferiram saberes além dos colegas, assume o lugar de professor, mas todos se deparam com um problema: em que

espaço outro poderão aprender? Dobby, uma criatura mágica cuja presença na série é análoga aos sistemas sociais de escravidão (CARVALHO, 2017), apresenta-lhes a solução: a Sala Precisa, um lugar que está sem estar lá. A Sala Precisa é um espaço mágico com a propriedade de se transformar segundo o desejo do requerente. Escondida sob uma tapeçaria, só pode ser encontrada por quem sabe de sua existência e faz a ela um pedido direto para que se transforme naquilo que se imagina.

A concepção desse espaço na narrativa de Rowling é a materialização ideal do que Foucault (2013) entende por heterotopia. Ao analisar os espaços a partir da ideia de corpo, Foucault distingue dois conceitos: os lugares utópicos e os lugares heterotópicos. Para Foucault (2013, p.7), o corpo é uma “*topia* implacável”, é o lugar primeiro de determinação dos outros lugares, dos outros espaços, do mundo como um todo. O corpo, porém, é também uma utopia: só se conhece o corpo a partir dos espaços que ocupa, e o cadáver e o espelho são, assim, os dois referenciais que o materializam e o libertam de sua utopia (FOUCAULT, 2013, p.15).

É partir desse paradoxo de um não-lugar que serve de referência para a concepção do mundo ao mesmo tempo em que não tem parte nesse mundo, visto que esse só existe por que antes existe um corpo a situar os espaços, que Foucault conceitua as utopias. As utopias seriam os espaços imaginários em que o corpo se transforma, transmuta-se e deixa de ser e não-ser em relação ao mundo em que está e não-está alocado. Seriam os lugares imaginados para libertar sujeito do corpo material ou mesmo para transfigurá-lo, para modificá-lo, para existirem simbolicamente em outros espaços irrealis (FOUCAULT, 2013, p.12).

Além das utopias, existem outros lugares que se diferem dos espaços em que o corpo se percebe e constitui a realidade do mundo. A esses não-lugares, esses outros espaços, Foucault dá o nome de heterotopias. As heterotopias são os “contraespaços”, as “utopias situadas” no real, que existem sob condições particulares na mesma medida em que sua existência é negada ou apagada pelos *topos* do dia a dia, sobrepondo-se e coexistindo a esses espaços aceitos, localizados, pertencentes, reconhecidos no todo social.

No entanto, acredito que há – e em toda sociedade – utopias que têm um lugar preciso e real, um lugar que podemos situar no mapa; utopias



que têm um tempo determinado, um tempo que podemos fixar e medir conforme o calendário de todos os dias.

(...)

Ora, entre todos esses lugares que se distinguem uns dos outros, há os que são *absolutamente* diferentes: lugares que se opõem a todos os outros, destinados, de certo modo, a apagá-los, neutralizá-los ou purificá-los. (FOUCAULT, 2013, p. 19-20)

É notável, na constituição desses contraespaços, um “entrecruzamento do tempo com o espaço”, caracterizante das sociedades ocidentais e dos espaços que contam sua história (FOUCAULT, 2003, p.412). Nessa análise, o filósofo aponta para três constituições do espaço no ocidente: na Idade Média, o espaço era definido como localização; a partir do rompimento de Galileu com a Igreja Católica e da divulgação de sua teoria, o espaço passa a ser definido em relação à sua extensão; no contemporâneo de seus escritos, Foucault postula que o espaço passa a ser relação entre posicionamentos.

Desse modo, o conceito de heterotopia é justamente o de determinar a natureza e as funções dos espaços em relação a outros espaços. Nessa diferenciação das relações de posição, Foucault (2013) enumera seis princípios das heterotopias, por nós sintetizados em: o de universalidade, o de durabilidade, o de justaposição, o de temporalidade, o de fechamento e o de contestação.

#### a. Universalidade

O primeiro princípio das heterotopias é o de que elas são universais, ou seja, que “não há, provavelmente, nenhuma sociedade que não constitua sua heterotopia ou suas heterotopias” (FOUCAULT, 2013, p. 21). Isso porque, segundo o autor, é possível identificar nas sociedades ou mesmo identificá-las, historicamente, as/pelas heterotopias que privilegiam.

Nesse recorte histórico, dois tipos de heterotopias são exemplificados: as heterotopias de crise ou biológicas e as heterotopias de desvio. As primeiras são aqueles espaços aos quais se enviam ou se alocam os sujeitos em algum tipo de crise biológica, lugares “privilegiados ou sagrados ou proibidos”. É o caso das casas de puberdade e de parto, do serviço militar, dos colégios internos e mesmo da lua de mel. Essas “crises biológicas” da puberdade, do parto e da perda da virgindade feminina necessitariam, pois, de um espaço outro onde se realizassem fora daqueles em de

que a sociedade se ocupa. Os espaços de desvio, por sua vez, são espaços reservados não mais a uma crise biológica, mas a um todo comportamento desviante da norma social que merece um espaço às margens da sociedade em que se aloquem os sujeitos desviantes: as casas de repouso, as clínicas psiquiátricas, as prisões. São os espaços de exclusão dos sujeitos da sociedade.

b. Durabilidade

O segundo princípio das heterotopias é o de que elas não são eternas; as sociedades engendram e desfazem heterotopias conforme a necessidade, reorganizam-nas conforme os tempos e as relações de posicionamento. A exemplo, as casas de prostituição e os cemitérios na Europa. Enquanto Foucault alude à tentativa de desfazer as heterotopias representadas por essas casas, tentativa falha, ele explana sobre como os cemitérios foram alocados não mais no centro das cidades, mas às margens, a partir do séc. XIX na França. Em contrapartida a essa nova alocação, que suporia um desfalecimento dessa heterotopia, o ritual de sepultamento ganhou maior expressão, individualizando e tratando os corpos. A relação entre esse novo posicionamento e essa duração é o que determina o caráter plástico das heterotopias.

c. Justaposição

O terceiro princípio das heterotopias é o de que os espaços heterotópicos são uma justaposição de espaços outros sobre um espaço real, uma reunião, em uma única alocação, de espaços simbólicos, como o teatro, o cinema ou os jardins. O teatro, em sua encenação, sobrepõe esses espaços ao palco à mesma maneira que o cinema, sobre o espaço da tela, justapõe os espaços de sua narrativa. Já os jardins orientais aos quais Foucault recorre em sua análise, sejam os espaços reais ou as suas representações em tapetes, são heterotopias que simbolicamente alocam, de modo justaposto, todo o mundo na união dos elementos naturais e do sagrado em uma única espacialidade tridimensional delimitada.

d. Temporalidade

O quarto princípio das heterotopias é o de que, além da justaposição de espaços, elas estão atreladas a uma temporalidade particular, ora de prolongamento, ora de segmentação do tempo. São as heterotopias eternitárias e as heterotopias crônicas, que no espaço em que estão alocadas, ora prolongam o tempo indefinidamente (os cemitérios, os museus, as bibliotecas), ora são efêmeras, sazonais, funcionam em uma segmentação do tempo (as feiras, as exposições, as colônias de férias).

e. Fechamento

O quinto princípio que rege o conceito das heterotopias é o de que elas estão isoladas e são acessadas por um “sistema de abertura ou fechamento”, em que é preciso certo nível de iniciação para que se possa adentrar em seus domínios. Tal isolamento é variável, podendo ser real ou simbólico. São esses os espaços sagrados reservados à purificação, espaços proibidos em que se adentra por obrigação, como as prisões, ou mesmo espaços que estão ilusoriamente abertos, mas ou não pertencem a nenhum espaço, como os motéis, ou ainda mantêm uma fechadura simbólica, apartando o sujeito do espaço, como os prostíbulos.

f. Contestação

O sexto princípio das heterotopias é o de que elas têm uma função a ser desenvolvida em relação ao espaço normal, ao espaço que sobra: a de contestar todos os outros espaços. Às heterotopias de ilusão, como os prostíbulos, cabe a finalidade de criar essa ilusão que denuncia a ilusão maior da organização do todo social. Às heterotopias de contestação cabe a finalidade de criar um espaço não que denuncie os outros *topos* sociais, mas que os supere e os conteste ao recriá-los de forma perfeita, quase utópica, mas real por estar alocada e existir. É o exemplo das colônias na América, tanto as puritanas da América do Norte quanto as jesuíticas da América do Sul, espaços organizados a fim de criar uma estrutura social ordenada em seus princípios e de superar as sociedades que lhe originaram.

Ao considerarmos as disposições de Foucault acerca da constituição desses espaços outros, notamos, com maior interesse, como a heterotopia do desvio é uma recorrente em sua obra. Limitando-nos àquelas aqui abordadas, o procedimento de

separação e de exclusão dos discursos e dos sujeitos desses discursos remete-nos a essa separação física (ou simbólica) desses mesmos sujeitos e seus discursos às margens. Nessa análise, conforme o dispositivo do poder (FOUCAUT, 1987) é acionado contra os sujeitos professores e contra os seus discursos, afetando também os sujeitos alunos e o seu processo de aprendizagem, classificam-se eles como desviantes, separando e excluindo esses sujeitos e esses enunciados, os quais são relegados a um espaço outro, a uma heterotopia de desvio: o ciberespaço.

Segundo os princípios das heterotopias, este ciberespaço a que se refere é universal, posto que permeia geográfica e culturalmente as sociedades em níveis e em práticas mais ou menos distintas, mas universalizadas por um processo de globalização que homogeneíza as culturas. É também durável, visto que a nomeada Era Digital é a recente configuração social que elabora esse espaço e permite que essa heterotopia seja realizada e frequentada, justapondo o real e o virtual, simulando relações e laços de afetividade em aplicativos de relacionamento e em redes sociais, ou espaços pedagógicos em aulas à distância e videoaulas, a citar alguns exemplos. Sua temporalidade pode ser pensada particularmente como de prolongamento, tendo em vista que é o espaço destituído do tempo, cujo fim é prolongar a estadia de seus visitantes e desconectá-los dessa linearidade temporal do real a que estão condicionados e reféns. Antes mais fechada ao acesso, com a inclusão digital, o ciberespaço é esse lugar democrático em teoria, que ainda está além da entrada plena. Mesmo quando permite ao usuário adentrar no virtual, o culto hedonista ao corpo e à aquisição, por exemplo, fazem reforçar as rupturas que separam os espaços em acordo com os sujeitos que os frequentam no real. Enfim, a contestação promovida pelo ciberespaço se faz pela ilusão de sujeito e de real dos sujeitos que se constroem no virtual, ilusão replicada do real que se denuncia ao se constatar como nem o virtual é mimético ao real nem o real é condizente à própria ilusão de realidade criada por ele nele.

Para efeito desta análise, escolhe-se pensar o ciberespaço como uma heterotopia justo por esse ser tido, em compreensão hodierna, como um espaço além e aquém do real, muito embora os sujeitos discursivos que ali se insiram sejam indivíduos reais. A concepção do que é “real” ou “virtual” parece criar um paradoxo em que o ciberespaço é e não é constitutivo da realidade, ou como prefere-se pensar,

uma heterotopia. O virtual, segundo o recorte que se faça, pode enquadrar-se em modelos distintos das heterotopias indicadas por Foucault. No recorte aqui traçado, pensa-se nele como uma heterotopia de desvio, justamente por interessar indicar como as condições para a produção do saber seguem organizadas por atores e por agências que buscam torná-lo, sobretudo os saberes sociológicos e filosóficos vinculados ao pensar a sociedade, marginais, desviantes, impróprios.

### **Dos artefatos: o discurso filosófico na heterotopia do ciberespaço**

As paredes estavam cobertas de estantes e, em lugar de cadeiras, havia grandes almofadas de seda no chão. Um conjunto de prateleiras no fundo da sala continha uma série de instrumentos como Bisbilhoscópios, Sensores de Segredos e um grande Espelho-de-Inimigos rachado, que Harry tinha certeza de ter visto pendurado, no ano anterior, na sala do falso Moody.

– Elas vão ser ótimas quando estivermos praticando Estuporamento – comentou Rony entusiasmado, batendo em uma das almofadas com o pé.

– E olhem só esses livros! – exclamou Hermione excitada, passando um dedo pelas lombadas de grandes tomos encadernados em couro. *Compêndio de feitiços comuns e seus contrafeitiços... Vencendo as artes das trevas pela astúcia... Feitiços autodefensivos...* uau... – Ela olhou para Harry, o rosto radiante, e ele viu que a presença de centenas de livros finalmente convencera Hermione de que o que estavam fazendo era certo. – Harry, que maravilha, aqui tem tudo de que precisamos! (ROWLING, 2013, p.320)

Objetos tabulizados, sujeitos excluídos, separados e alocados em um lugar outro, Harry Potter e seus colegas encontram na Sala Precisa os recursos de que necessitam para que possam garantir sua formação acadêmica em vista dos perigos do sistema ditatorial que se organiza fora dos muros da escola e, mais imediato, aquele que se instaura dentro da própria instituição. A Sala disponibiliza os artefatos necessários para que Harry, munido de seus saberes internalizados durante sua trajetória de luta desde o primeiro ano de vida, assuma a função de professor de seus colegas e os guie nessa jornada de combate.

O ciberespaço, esse espaço virtual que está sem estar, que dura e não dura, que se justapõe a todos os outros espaços a todo o tempo e em qualquer lugar, é a perfeita heterotopia. O ciberespaço é a heterotopia de desvio para onde os discursos tabulizados são separados e excluídos das escolas, e é nesse espaço em que os

sujeitos professores têm circulado enunciados que, muito mais do que (re)produções discursivas, são constitutivos de artefatos culturais (CERTEAU, 1998).

Michel de Certeau (1998) mobiliza o termo artefato cultural ao investigar, na cultura popular, como os indivíduos passivizados como receptores de uma cultura são também produtores de artefatos culturais na forma como realizam sua recepção. Sua cosmovisão é a de uma filosofia do ordinário em que o científico e o popular se encontram, não apenas na aproximação dos discursos, mas mesmo na compreensão de que o popular é produtivo e não se opõe ao que é científico em vias de exclusão, mas subverte os sistemas de controle e de consumo a partir do interior de suas regras.

A 'fabricação' que se quer detectar é uma produção, uma poética - mas escondida, porque ela se dissemina nas regiões definidas e ocupadas pelos sistemas de 'produção' (televisiva, urbanística, comercial etc) e porque a extensão sempre mais totalitária desses sistemas não deixa aos 'consumidores' um lugar onde possam marcar o que 'fazem' com os produtos. A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde 'outra' produção, qualificada de 'consumo': esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios mas nas 'maneiras de empregar' os produtos impostos por uma ordem econômica dominante. (CERTEAU, 1998, p. 39)

Os produtos de uma cultura popular, desconsiderados pelo sistema de que se valem em sua produção, são esses artefatos do ordinário a que Certeau propõe a análise. Em analogia à compreensão de Foucault da realização do poder através de dispositivos cotidianos que o acionam e configuram um sistema pleno de vigilância, Certeau propõe que esses artefatos, assim como os dispositivos que compõem uma microfísica do poder, também se disseminam e formulam uma rede, mas essa de contracorrente à vigilância, de resistência às normas e aos controles a fim de reorganizar a seu modo o todo social em uma "rede de antidisciplina" (CERTEAU, 1998, p.42).

No entanto mais uma vez, esta 'microfísica do poder' privilegia o aparelho produtor (da disciplina), ainda que, na 'educação', ela ponha em evidência o sistema de uma 'representação' e mostre como, por trás dos bastidores, tecnologias mudas determinam ou curto-circuitam as encenações institucionais. Se é verdade que por toda a parte se

estende e se precisa a rede da 'vigilância', mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que 'maneiras de fazer' formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou 'dominados?'), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política. (CERTEAU, 1998, p.41).

Ora, se que os aparelhos produtores da disciplina controlam a produção de saberes e relegam os discursos desviantes a um espaço outro, a antidisciplina é então de que maneira fabricada?

No ciberespaço, um sujeito cujos discursos e imagem se difundem no cenário atual é a *Drag queen* Rita Von Hunty, performada por Guilherme Terreri, formado em Artes Cênicas e em Letras, essa última pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Antes voltada à difusão do veganismo, Rita Von Hunty passou a produzir, em seu canal da plataforma *YouTube*, intitulado *Temporo Drag*, vídeos em que se posiciona acerca de problemáticas sociais da contemporaneidade.

O canal, com 230 mil inscritos e 153 vídeos postados, foi criado a 4 anos<sup>1</sup>. Os primeiros vídeos produzidos são sátiras dos formatos tradicionais de programas de culinária apresentados por mulheres cis em que Rita ensina receitas de pratos veganos. O tom humorístico e político da personagem foi direcionado à produção de conteúdo exclusivamente opinativo há 1 ano, com o início do quadro *Rita em 5 minutos*. Nos vídeos desse quadro, Rita Von Hunty se dedica a debater e a refletir questões sociais do real que se dispersam no virtual do ciberespaço. Aos poucos, o quadro se tornou a produção principal do canal, perdendo a identificação nos títulos, mas mantendo as temáticas abordadas, entre elas: as redes sociais, as relações interpessoais e amorosas, as concepções de amor, relacionamento aberto e responsabilidade emocional, os padrões de beleza, o envelhecimento da mulher na mídia e seus efeitos fora dela, hábitos alimentares, questões de gênero e de sexualidade, a visão global da profissão docente no país, as eleições presidenciais

---

<sup>1</sup> Levantamento realizado em novembro de 2019. O canal pode ser consultado na plataforma do Youtube, disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCZdJE8KpuFm6NRafHTEIC-g>>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

brasileiras do ano de 2018 e, mais recente, os incêndios na Amazônia na região Norte do Brasil.

O primeiro dos vídeos do quadro é *Rita em 5 minutos: Redes sociais* (HUNTY, 2018a). Rita inicia-o com uma esquete humorística em que, acompanhada de outros dois sujeitos, encenam a reforma de uma cozinha a fim de explicar a mudança de foco do canal. Em seguida, no cenário de uma sala de estar, a construir sua personagem de mulher de meia-idade, mãe e cuidadora do lar, aparece sentada com uma taça de bebida em uma das mãos e um celular na outra. A partir de então, introduz a temática do vídeo, iniciando suas colocações em que, desde o tom de voz e a expressão corporal até os comentários gerais acerca de sua pessoa contribuem à caracterização da personagem de Rita Von Hunty.

Rita propõe-se a analisar as redes sociais a partir de alguns aspectos: a sociabilidade, o consumo e a narração do eu pelo eu. Ao levantar esses pontos ao longo do vídeo, nota-se como o discurso produzido ecoa discursos canonizados de autores das ciências humanas. Ao tratar das redes sociais como individualizantes, percebem-se os ecos à teoria da liquidez de Zygmund Bauman, assim como o desejo de consumo criado nessas redes encontra lugar nas teorias da Cultura de Massa de Marx Horkheimer e Theodor Adorno e a construção, nas redes sociais, de um eu pelo próprio sujeito vão de encontro a Stuart Hall acerca da narrativa do eu em uma era pós-moderna cujas identidades são fragmentadas, reorganizadas e alinhadas pelos sujeitos ao narrarem-se. Todos esses conceitos transpassam o discurso de Rita a fim de elaborar a sua reflexão de como os sujeitos estão cada vez mais reféns das suas rotinas de trabalho, uma vez que as redes sociais servem de dispositivos de disciplina e de mercantilização do eu, em referência não direta, mas indiscutível, à Michel Foucault e a Karl Marx, respectivamente, em suas teorias do poder e do capital.

A estrutura desse primeiro vídeo se repete nos demais lançados no período de um ano acerca das temáticas já sintetizadas. Em alguns conteúdos produzidos são evidenciadas referências, sugestões de leitura, conceitos teóricos e pesquisas para embasar as reflexões que Rita Von Hunty promove em seus vídeos, mas mesmo naqueles em que, por privilégio da informação, a linguagem e as discussões são facilitadas e essas referências não são evidenciadas, nota-se como esses enunciados constituem um discurso uníssono e transpassado pelos discursos acadêmicos



filosóficos, e também sociológicos, cristalizados e canonizados na forma dos postulados de autores célebres.

Nessa lista de vídeos, aquele com mais visualizações, pressupondo, portanto, maior circulação, é o intitulado *Rita em 5 minutos: Consciência de classe* (HUNTY, 2018b), com mais de 222 mil visualizações e mais de 35 mil curtidas. O vídeo, como de praxe, começa com uma pequena esquete humorística satirizando a idade da personagem e seus “51 anos de carreira”. Rita é interrompida por uma voz feminina que a contradiz com a informação do tempo real em que ela está atuando em seu quadro e, em resposta, atira um leque em direção à dona da voz. Cita-se essa introdução pois a personagem responde o ataque com o comentário “ai, dona Rita, minha bolsinha de cocô estourou, tá okay?”, em referência direta ao atual presidente da república, Jair Bolsonaro. Já nesses segundos iniciais, o caráter de desvio e de antidisciplina se enunciam, mas deles tratar-se-á à frente.

Para tratar da consciência de classe, termo emergente da filosofia marxista, Rita faz uma analogia entre o “pobre de direita” e uma boneca que a versão genérica da marca multinacional *Barbie*. A analogia surge, antes, de uma série de enunciados que começaram a circular no ciberespaço, mais especificamente, nas redes sociais, ironizando os sujeitos sociais e econômicos da burguesia brasileira por meio de imagens de bonecas e bonecos da marca *Barbie* acompanhados de frases aleatórias em que esses sujeitos defendiam a meritocracia e seus privilégios de classe. Nesse sentido, a versão genérica da boneca *Barbie* no vídeo é a analogia ao sujeito do proletariado que não se entende como proletário por ter certos privilégios em relação a outros setores de sua classe, mas não é privilegiado o suficiente para poder classificar-se como integrante da burguesia, ou seja, como uma boneca *Barbie* original. A análise segue, mobilizando conceitos, além da consciência de classe, como força de trabalho, valor-trabalho e mais-valia, além de exemplos e da analogia, para explicar, em termos compreensíveis e gerais, a teoria marxista para o espectador e despertar nele sua consciência de classe. Inclusive, até mesmo a teoria do inconsciente de Sigmund Freud é apresentada a fim de evidenciar como os discursos e as tomadas de ações dos sujeitos não tem em base o próprio consciente do sujeito, mas o seu inconsciente e, portanto, um discurso que o precede, um enunciado mais uma vez transpassado por Foucault.

Utiliza-se, ao longo do vídeo, termos como “pobre de direita”, “isentão político”, “Barbie” e “elite”, que foram difundidos nos últimos anos pela grande mídia e pelo ciberespaço. Isso porque, os artefatos culturais produzidos nesses espaços em uma rede de antidisciplina foram crescentes e ainda o são. Os *digital influencers* e os formadores digitais de opinião, ou mesmo os sujeitos na ânsia de disseminar sua opinião na rede, engendraram todo um contexto de “militância” social e política, valendo-se das teorias marxistas, foucaultianas, de gênero e de raça. Seria pensável, nessa linha, que os vídeos criados por Rita Von Hunty fossem discursos a fazer coro e a somar-se a todo o montante de artefatos do cotidiano ordinários produzidos no e contra o sistema de disciplinas, a “heteronormatividade”, “o patriarcado”, “o racismo estrutural”.

Os artefatos produzidos por Rita Von Hunty são entendidos nesta análise, porém, não apenas por constituírem-se discursos desviantes. Em um contexto de ensino em que os autores mencionados por ela e todos os demais afins são proibidos – normativa ou simbolicamente, em um contexto de ensino em que as disciplinas de sociologia e de filosofia são deslocadas da grade específica e obrigatória do ensino médio brasileiro, em um contexto de ensino em que consciência de classe e pensamento não-binário heteronormativo são, por lei, temas tabus, os artefatos culturais produzidos por um professor performando um gênero feminino e educando seus espectadores para a filosofia são considerados verdadeiros constituintes de uma rede de antidisciplina.

A própria materialização desse sujeito discursivo em uma performance *queer*, dentro de uma plataforma de grande visibilidade e poder de projeção, é um ato antidisciplinar em uma onde LGBTTQIAfóbica ratificada pelo governo da república em suas práticas e em seu discurso. Considerar esse sistema de vigilância e de punição foucaultiana a partir da perspectiva de Certeau para uma rede antidisciplinar é pensar em uma *drag queen* assumindo o lugar social de mulher e de professora ao enunciar aos seus espectadores sobre o mundo, ao problematizar a realidade a partir de uma filosofia cada vez mais banida do real, ao propagar discursos de reflexão e de resistência que ecoam, que são reproduzidos, que emergem de um lugar do ordinário, passam pela grande mídia e retornam à academia, *topos* que se esforça em manter vivo o lugar do filosófico na sociedade.

O ciberespaço, tal como a Sala Precisa, é, portanto, esse lugar de desvio, do inadequado ao qual recorrem estudantes, estudantes que se fazem também professores ao ocuparem a margem de todo um sistema de disciplina em que o poder é acionado pelo Estado, pela Escola e pelos sujeitos pais. A existência de uma performance como a de Rita Von Hunty aponta para duas direções: a primeira delas, para a Escola e todos os discursos que são ali tabulizados, todos os sujeitos que são ali cerceados em suas práticas – de ensino e de discurso. Em contrapartida, ela aponta para a possibilidade de se educar, para as prateleiras cheias de livro e de instrumentos, para o chão coberto de almofadas, para a heterotopia que emerge do e no sistema e o contesta, que, sobretudo, produz artefatos na luta contra o desvio, a marginalização, o tabu, a disciplina.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa análise, quis-se traçar o paralelo entre a obra literária e todo o percurso de investigação empreendido a fim de evidenciar como, tal como a literatura, enunciados canonizados portadores de discursos os quais se defende o uso em sala de aula, os artefatos culturais produzidos em sociedade são também instrumentos de ensino. A Sala Precisa de nosso tempo e de nosso real é, assim, o ciberespaço, esse lugar de desvio heterotópico virtual em que se alude a ilusão do sistema e o contesta, esse lugar maquinado pelo sistema de informação e de entretenimento do capitalismo contemporâneo que produz, em contrapartida, resistências e artefatos a burlarem a disciplina a tabulizar e a controlar a discursividade dos sujeitos professores. Cabe agora pensarmos toda a rede de artefatos produzidos nesse sentido e que podem e devem ser mobilizados pelos professores em uma estratégia antidisciplinar, de que modo os artefatos do ordinário podem retornar ao *topos* da ciência.

## Referências

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 2004.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. POLIZEL, Alexandre Luiz. MAIO, Eliane Rosa. Uma escola sem partido: discursividade, currículos e movimentos sociais. **Revista Sêmima: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 37, n. 2, p. 193-210, 2016.

CARVALHO, Fernanda Ramos de. **A representação da escravidão na série Harry Potter: uma análise intersemiótica**. 2017. 90f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

CERTEAU, Michel. **Artes de fazer: a invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. Outros espaços. In: **Ditos e escritos III - Estética: Literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 411-422.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 edições, 2013.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HUNTY, Rita Von. **Rita em 5 minutos: redes sociais**. YouTube: Tempero Drag, 2018a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rCaeNWB0GpM&t=>>>. Acesso em: 15 set. 2019.

HUNTY, Rita Von. **Rita em 5 minutos: consciência de classe**. YouTube: Tempero Drag, 2018b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCZdJE8KpuFm6NRafHTEIC-g>>>. Acesso em: 15 set. 2019.

POLIZEL, Alexandre Luiz. Percepções do movimento escola sem partido: currículos pastorais e o professor como catequista. **Revista Amazônida**, v.4, n.1, p. 1-16, 2019

ROWLING, Joanne Kathleen. **Harry Potter e a Ordem da Fênix**. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

#### **Nota sobre o autor:**

**Everton Luis Paulino Vinha** é Pós-graduando em Semiótica Discursiva pela Universidade de Araraquara (UNIARA). Graduado, com mérito de láurea acadêmica, em Letras - Habilitação em Português e Literaturas Correspondentes pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: [evertonpaulinov@outlook.com](mailto:evertonpaulinov@outlook.com)